

Marx e a imprensa no contexto da sociedade de classes: luzes sobre a realidade no Brasil atual

Marx and the press in the context of class society: light on the reality in Brazil today

Jaime Hillesheim^{*}
Douglas Michel Capiotti^{**}

Resumo: Marx nem sempre é lembrado por suas atividades jornalísticas, e suas contribuições em revistas e jornais são comumente secundarizadas. Buscamos neste artigo resgatar as contribuições de Marx para a compreensão da imprensa enquanto veículo ideológico nas lutas de classes. A partir dos registros de suas atividades, podemos identificar essas contribuições e compreender como Marx procedia metodologicamente para a divulgação de ideias nas disputas de classe em andamento nas Revoluções e Contrarrevoluções de 1848 na Europa. Por meio de uma análise detalhada dos artigos escritos por Marx na Nova Gazeta Renana, pudemos extrair as considerações julgadas mais importantes acerca da função social da imprensa e dos deveres que Marx imputa a tal veículo ideológico. A recuperação desse debate incita a reflexão sobre o papel da imprensa em face do uso de tradicionais e novos veículos para pautar temas e formar a opinião pública, num contexto marcado pela polarização política, considerando a particularidade brasileira.

Palavras-chave: Liberdade de imprensa. Ideologia. Política. Fascismo.

Abstract: Marx is not always remembered for his journalistic activities, and his contributions to magazines and newspapers are commonly overlooked. In this article, we seek to rescue Marx's contributions to the understanding of the press as an ideological vehicle in class struggles. From the records of his activities, we can identify these contributions and understand how Marx proceeded methodologically for the dissemination of ideas in the ongoing class disputes in the Revolutions and Counter-Revolutions of 1848 in Europe. Through a detailed analysis of the articles written by Marx in the Nova Gazeta Rhenish, we were able to extract the considered most important considerations about the social function of the press and the duties that Marx imputes to such ideological vehicle. The recovery of this debate encourages reflection on the role of the press in the face of the use of traditional and new vehicles to guide

^{*}Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC. E-mail: jaime.h@ufsc.br

^{**}Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: douglas.capiotti@yahoo.com.br



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

issues and form public opinion, in a context marked by political polarization, considering the Brazilian particularity.

Keywords: Freedom of the press. Ideology. Politics. Fascism.

Recebido em 08/02/2023. Aceito em 10/11/2023

INTRODUÇÃO

Karl Marx se envolveu durante quase toda a sua vida com o jornalismo. Contribuiu como articulista ou editor de *Gazeta Renana*, *Nova Gazeta Renana*, *New York Tribune*, entre outros jornais, no contexto de meados do século XIX. Produziu um vasto material em que abordou múltiplas questões em períodos distintos de sua história. Cotrim (2020) afirma que Marx se debruçou sobre a política especificamente em três momentos principais: a insurreição dos tecelões silesianos, em 1844; a Comuna de Paris, em 1871; e, nesse meio tempo, as revoluções e contrarrevoluções de 1848, nas páginas da *Nova Gazeta Renana* (NGR). Entretanto, dos três momentos,

[...] são bem mais divulgados os materiais que examinam o processo francês e seu desaguadouro, o golpe de Estado de Luís Bonaparte, enquanto o vasto manancial composto pelos artigos da *Nova Gazeta Renana* tem sido relegado, senão ao esquecimento, ao menos ao segundo plano. Não é muito diversa a situação quanto aos estudos sobre esse material, igualmente raros (Cotrim, 2020, p. 21).

De acordo com Silva (2015), o esquecimento dos materiais publicados na NGR pode ser entendido como consequência da crise que se abateu sobre o marxismo no século XX. Ainda que tenhamos divergência quanto a essa ideia de crise do pensamento marxista, haja vista que mais pertinente seria falar numa crise ou num “mal-estar” no interior da modernidade (Rouanet, 2001), importa salientar que as abordagens sobre a trajetória intelectual de Marx, muitas vezes, separam o “jovem Marx” do “velho Marx” ou do “Marx filósofo” contra o “Marx economista”. Ainda há aquelas que separam rigidamente trabalhos preparados para a publicação daqueles seus manuscritos pessoais.

Dessa forma, a análise das atividades de Marx no contexto aqui considerado fica ainda mais prejudicada, porque seria pertencente a um período de “transição” no qual o autor não teria o rigoroso cuidado com seus escritos para a publicação. Recusamos tal separação da obra marxiana, comumente feita por aqueles que argumentam um abandono ou uma ruptura por parte dele em relação a determinados temas ou categorias de análise. Em direção oposta, concordamos com a crítica feita por Mészáros (2016) a essas abordagens, uma vez que figuram como falsa alternativa. O Marx “maduro” é impensável sem o “jovem” Marx, e, por isso, afirmamos a importância dos materiais jornalísticos produzidos nos períodos supracitados. Certo é que a análise no calor dos acontecimentos pode trazer empecilhos que uma análise *post festum* diminui drasticamente.

No desenvolvimento das atividades jornalísticas, Marx caminhou pelas duas trilhas – criticou os fatos em curso e foi capaz de analisá-los para além da expressão fenomênica deles - e foi bem-sucedido em ambas. Nas páginas da NGR, podemos acompanhar momentos em que ele é obrigado a se limitar a uma análise empírica (não é demais lembrar que a dialética compreende

o empírico como ponto de partida do conhecimento); e, em outros momentos, pode avançar na superação do empírico, vencendo-o através da sua crítica ontológica para “[...] captar todo ente na plena concretude da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele” (Lukács, 2012, p. 296).

Nos momentos em que Marx se propõe a enfrentar esse empírico caótico, utiliza-se da abstração para poder chegar à concretude. Após esse movimento, o empírico agora aparece integrado a uma totalidade real ordenada, não mais caótica. Notadamente, nos artigos “A burguesia e a contrarrevolução” e nos editoriais “Trabalho assalariado e capital” se percebe esse movimento em que Marx vai superando esse empírico. Ele faz isso artigo a artigo. No caso dos editoriais de “Trabalho assalariado e capital”, nota-se um avanço em relação a sua obra anterior, *Miséria da filosofia* (1847)¹. No referido editorial, a compreensão e o sentido dados ao termo “trabalho” convergem para os que serão adotados posteriormente na obra *O capital* – enquanto força de trabalho. Há também o adensamento na compreensão do “[...] nexos inevitável, incontornável e insuprimível entre trabalho assalariado e o capital” (Cotrim, 2011, p. 319), compreendendo o capital como relação social de produção da sociedade burguesa.

Dessa forma, o texto em questão, publicado nas páginas da NGR, demonstra um momento importante entre o Marx dos *Manuscritos econômico-filosóficos* e da *Miséria da filosofia* e aquele que, na década de 1850, publicará textos em que demonstra seu pleno domínio teórico e categorial, tal como se constata nos escritos da *Contribuição à crítica da economia política* (1859). Ainda, no texto da NGR em comento, é possível perceber que

[...] Marx alcança uma compreensão sobre o valor, resultante de sua crítica ao trabalho assalariado, que se refletirá, concepcionalmente, na obra de maturidade, *O Capital*, pois aqui encontramos um primeiro esboço do que virá a ser sua explicação completa da mais-valia. [...] Observe-se que esse avanço de Marx em expor a diferença entre o preço do trabalho, o salário, definido no mercado, e o valor que o trabalho cria, tem sua origem na distinção – que vem se esboçando desde a *Miséria da Filosofia* – entre valor e valor de uso das mercadorias em geral, e que se reproduz na mercadoria trabalho; tal distinção vai se especificando em *Trabalho Assalariado e Capital*; portanto, a aproximação que Marx faz daquilo que mais tarde será tratado como mais-valia, caminha em conjunto com a compreensão cada vez mais adequada do duplo valor do trabalho, revelado ao estudá-lo como mercadoria (Cotrim, 2011, p. 321-322, grifo do autor).

Dito isso, concordamos com Michael Heinrich quando este aborda a atividade jornalística de Marx e afirma que:

As ideias científicas desenvolvidas influenciavam as atividades jornalísticas e políticas; por outro lado, essas atividades muitas vezes exigiam uma interrupção dos trabalhos científicos, levantando novos temas e problemáticas, levando à formação de novos conceitos e, assim, influenciando a própria pesquisa científica (Heinrich, 2018, p. 32).

É no contexto dessa dialética entre as ideias científicas e as atividades prático-políticas no âmbito jornalístico que, neste artigo, buscaremos problematizar as contribuições de Marx acerca da função social do jornalismo e sua importância nas lutas de classes. O período aqui abordado contempla as atividades jornalísticas desenvolvidas por Marx na NGR entre os anos de 1848 e 1849.

¹ Sobre o avanço contido em “Trabalho assalariado e capital”, ver: Cotrim (2011).

A sua primeira experiência jornalística irá ocorrer em 1842 na então Gazeta Renana, que foi editada entre 1º de janeiro de 1842 e 31 de março de 1843, conforme localização histórica indicada por Assunção (2004). No famoso *Prefácio* de 1859, Marx vai expor o curso dos seus estudos político-econômicos, visando situar o leitor da obra prefaciada sobre seu itinerário que desembocará no texto de então. Começando por indicar que sua área era a jurisprudência, Marx, em seguida, faz menção a sua passagem como redator na Gazeta Renana, afirmando que havia se encontrado “[...] pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais” (Marx, 2008, p. 44), portanto, tendo de se ocupar das questões econômicas.

Ainda que enfrentando os limites teóricos de suas próprias posições em face dos “interesses materiais” e também os da Gazeta Renana enquanto jornal da burguesia, colocou-se em oposição aos interesses dessa mesma classe, o que acabou por afastá-lo das atividades, diante dos conflitos provocados por seus escritos. Marx aproveitou, então, para se “recolher ao gabinete de estudos”. Após sua saída da Gazeta Renana, e no decorrer de 1843², ele desenvolve reflexões importantes que lhe farão superar dúvidas que o assaltavam. Afirmou ele no *Prefácio* de 1859:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil” (Marx, 2008, p. 45).

Concluindo na sequência que:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2008, p. 45).

Deve se grifar, aqui, como nessa passagem está explícita não somente a superação da sua fase “pré-marxiana”, que contempla sua tese de doutoramento e os artigos da Gazeta Renana, mas também sua viragem ontológica em contraposição às suas posições anteriores a 1843. Dito de outro modo “[...] o que suas interpretações elidem é o advento de uma *viragem radical* no pensamento de Marx, que este promoveu, imediatamente a seguir, não *com*, mas *contra* a natureza do pensamento político contido em seus artigos da Gazeta Renana” (Chasin, 2009, p. 53, grifo do autor).

Apontadas essas importantes, embora breves, indicações do início das reflexões marxianas sobre a realidade social e colocando-as dentro de seu contexto, fica evidente que a utilização dos materiais provenientes da Gazeta Renana deve ser feita com certa parcimônia, haja vista que estes foram produzidos num movimento contínuo de negação, superação e afirmação. Análises

²Para uma análise pormenorizada do trânsito intelectual de Marx nesse período, ver: Chasin (2009).

que retiram desses textos indicações que seriam do Marx (entendido como o Marx marxiano) sobre o papel da imprensa ou liberdade de imprensa podem enfrentar limites flagrantes que o próprio Marx percebeu. Considerá-las sem o devido rigor da análise textual e sem levar em conta suas modificações ulteriores é ferir o próprio desenvolvimento da obra marxiana.

Feitas essas advertências e considerações introdutórias, avaliamos ser salutar localizar o leitor quanto à organização dos presentes manuscritos. O eixo norteador das análises são as atividades jornalísticas de Marx quando da sua vinculação à NGR, no contexto dos avanços das lutas operárias e do posterior declínio dessas em face dos processos da contrarrevolução burguesa, notadamente na Alemanha. Para essa abordagem, fizemos uso de escritos marxianos do período e de autores marxistas que se ocuparam da produção jornalística de Marx naquele contexto histórico. As reflexões apresentadas, portanto, são, essencialmente, resultado de uma pesquisa a fontes bibliográficas intencionalmente selecionadas. Além disso, na tentativa de estabelecermos conexões com a história brasileira mais recente, fizemos uso de algumas produções que problematizam a abordagem da imprensa sobre acontecimentos políticos contemporâneos no país, especialmente em relação ao que se sucedeu a partir do momento histórico imediatamente anterior ao processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff.

Em termos de estruturação do presente artigo, num primeiro momento, apresentamos os argumentos usados por Marx para denunciar o fato de que a burguesia, no contexto alemão, não tinha o ímpeto revolucionário para assumir o poder, tal como na França, mas de conciliação com a monarquia. Em seguida, trazemos à reflexão as contribuições jornalísticas de Marx das quais podemos extrair elementos que nos ajudam a pensar sobre a função social do jornalismo e o papel da imprensa livre no contexto da luta de classes. Problematizamos como sua atividade jornalística provoca desdobramentos na realidade diante de suas manifestações atentas aos fatos que se desenvolvem naquele tempo histórico. Este percurso nos permite apresentar algumas breves ponderações sobre a função social do jornalismo e da imprensa em geral, considerando a realidade brasileira, que, em tempos de polarização política, nos desafia sobremodo. Por fim, apresentamos algumas considerações na tentativa de formular uma síntese sobre os temas suscitados.

Os escritos da Nova Gazeta Renana: a burguesia e a contrarrevolução

O ano de 1848 é muito importante para as lutas das classes trabalhadoras do velho continente e também para o processo de elaboração do espectro teórico e político marxiano e, posteriormente, marxista. É o ano de publicação do *Manifesto do Partido Comunista e um período marcado pelas revoluções* que sacudiram a Europa. Embora não tenha relação direta entre a publicação do Manifesto e a explosão que se inicia na Itália e na França – em Paris, mais especificamente – com poucos dias de diferença, ambas são expressões de uma processualidade histórica e servem de parâmetro analítico para se entender as lutas que se seguiram nos períodos subsequentes.

Esse levante das classes trabalhadoras europeias vai ser acompanhado de perto por Marx, que, anos mais tarde, irá ressaltar que esses processos revolucionários aprofundaram aquilo que se iniciara em 1830, com a burguesia conquistando o poder político na Inglaterra e na França. Não restava outra alternativa para a classe, agora não mais revolucionária, pois chegava o momento de se tornar conservadora. Com o soar do “dobre fúnebre”, não interessava mais conhecer a realidade. Só interessava o que era útil ao capital. Ou seja, o “[...] lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial” (Marx, 2013, p. 86).

Portanto, é nesse cenário que Marx e Engels vão iniciar a fundação da NGR, que, desde a sua primeira publicação, no dia 1º de junho de 1848, visou intervir ideologicamente nas revoluções em curso. Não dispomos, aqui, de espaço para debater a questão da ideologia em Marx, mas nos apoiaremos na interpretação desenvolvida por György Lukács em sua obra *Para uma ontologia do ser social* (2013). Vejamos, então, o que encontramos nesses escritos e que tomaremos como orientação teórica para analisar a natureza das atividades de Marx no período em que estava vinculado à NGR (1848-1849) e que aqui nos referimos.

De acordo com os argumentos marxianos, Lukács (2013, p. 471) assevera que “a ideologia consiste [...] em que os homens tornem-se conscientes e, com a ajuda [dela] [...], travem os seus conflitos sociais, cujos fundamentos últimos devem ser procurados no desenvolvimento econômico”. Portanto, a interpretação lukacsiana sobre a acepção marxiana vai vincular as ideologias ao aqui e agora sociais. Todas as ideologias nascem de um chão histórico e suas gêneses devem ser procuradas nesses mesmos terrenos para então compreender sua função social. Verdade ou falsidade não é critério que determina um ponto de vista como ideologia ou não, mas sua conversão em veículo teórico ou prático para resolver os conflitos em andamento (Lukács, 2013).

Seguindo as indicações contidas em *A ideologia alemã*, Lukács afirma que uma ideologia se torna eficaz porque além de convencer os outros,

[...] os membros de um grupo conseguem convencer a si mesmos de que seus interesses vitais coincidem com os interesses importantes da sociedade como um todo, portanto, de que cada um daqueles que defende esses interesses, simultaneamente faz algo útil para a sociedade como um todo (Lukács, 2013, p. 471).

Em outro texto, o mesmo autor, referindo-se a Marx, afirma que “[...] o período de sua primeira grande atividade política e publicística é o de preparação da Revolução de 1848 e o da direção ideológica da ala proletária da democracia revolucionária” (Lukács, 2016, p. 99). Destaca, assim, novamente o período por nós analisado e nomeia Marx como ideólogo do proletariado. Essa afirmação lukacsiana encontrará suporte nos argumentos trazidos pelo próprio Marx quando confronta outros jornalistas.

A NGR, portanto, surge visando intervir diretamente nos processos revolucionários iniciados na Itália e que depois também ocorreram na França, na Alemanha, na Áustria, na Hungria e em outros locais da Europa, constituindo um processo marcadamente europeu. Desde o primeiro número do periódico, Marx vai estender solidariedade aos povos em luta por suas libertações e delinear os contornos editoriais da NGR. Recusando-se a fazer desse veículo de comunicação apenas mais um jornal de “tendência”, Marx buscava algo a mais. Essa preocupação foi expressa por ele nos seguintes termos:

Espera-se geralmente de todo novo órgão da opinião pública: entusiasmo pelo partido cujos princípios professa, confiança incondicional na sua força, contínua disposição, seja para recobrir os princípios com a força efetiva, seja para embelezar com o brilho dos princípios a fraqueza efetiva. Não correspondemos a esta exigência. Não procuraremos dourar derrotas sofridas com ilusões enganosas (Marx, 2020, p. 79).

Presente no artigo da edição n.º 2, de junho de 1848, esse trecho pode ser destacado porque evidencia a conduta que Marx irá seguir durante toda a existência da NGR. Em nenhum momento deixou de realizar a crítica contra o partido democrático, contra qualquer aliado ou

mesmo contra erros que as classes trabalhadoras eventualmente cometiam. Um dos princípios, ou “máxima”, que orientou Marx e que diversas vezes ele evocou era o de “destruir ilusões”. Na direção de seus argumentos, nenhuma ilusão poder-se-ia ter quanto ao desenvolvimento das lutas em curso, fosse quem ou o que se colocasse diante das classes trabalhadoras em processo de organização e ação política: fosse em relação à burguesia, classe com a qual os trabalhadores firmaram uma aliança inicial; fosse em relação às primeiras vitórias obtidas em fevereiro daquele ano, na França, ou em março, na Alemanha.

Desde o início, Marx lembrava que a vitória só seria final quando o proletariado destruísse o Estado em direção à construção de uma ordem social sem classes, o que implicava a crítica ontológica do autor à política e ao Estado, contraponto posições anteriormente adotadas na Gazeta Renana, em que compreendia o “[...] Estado como demiurgo racional da sociabilidade, isto é, da universalidade humana” (Chasin, 2009, p. 57). Essa postura, distinta do período até 1842, indica que, ao se desvencilhar,

[...] simultaneamente, da especulação e da idealidade de prática política como território suposto da efetivação da racionalidade, ou, em termos positivos, alçado à *nova crítica* e à *determinação ontonegativa da politicidade*, Marx, por efeito dessas conquistas, é conduzido à crítica da economia política enquanto formação real e ideal, o que promove a crítica da própria sociedade civil, pletera da interatividade contraditória dos interesses privados. Isso faz com que se deságue na universalidade dos objetos humano-societários, agora passíveis de concepção a partir de um novo limiar da racionalidade, que permite compreender o *lado negativo do trabalho*, ou seja, o *homem negado*, e descobrir o caráter *social* da verdadeira resolução em potência desse complexo problemático último, o que induz à elevação humana e racional da prática, ou seja, a impulsiona ao solo radical da *metapolítica*, vislumbrada como possibilidade real da lógica onímoda do trabalho em resposta ao imperativo de sua emancipação (Chasin, 2009, p. 85, grifo do autor).

As três críticas ontológicas – à especulação, à política e à economia política – efetivadas por Marx em suas obras até então encontravam, nas páginas da NGR, um novo grau de maturidade. Compreendia, portanto, que, até a destruição do Estado e o empreendimento de uma nova ordem social, nenhuma ilusão poderiam ter os trabalhadores em face de vitórias ou mesmo com uma possível tomada parcial do Estado. Assim ele se refere no mesmo artigo da edição n.º 2 da NGR:

O partido democrático sofreu derrotas; os princípios que proclamou no momento de seu triunfo são postos em questão, o terreno que efetivamente conquistou é-lhe disputado palmo a palmo; já perdeu muito, e em breve se perguntará sobre o que ainda lhe resta. [...] Exigimos do partido democrático que tome consciência de sua posição. Esta reivindicação emana das experiências dos últimos meses. O partido democrático abandonou-se demasiado ao delírio da primeira vitória. Embriagado na alegria de poder, enfim, por uma vez, expressar clara e abertamente seu princípio, imaginou que necessitaria apenas declará-lo para assegurar-se imediatamente de sua realização (Marx, 2020, p. 79).

Marx e Engels já haviam anunciado no *Manifesto do Partido Comunista* que a Alemanha estava às portas de uma revolução burguesa. De acordo com suas análises, derrotadas então a “monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e a pequena burguesia” (Marx; Engels, 1998, p. 69), o proletariado poderia se colocar em confronto direto contra a burguesia, haja vista que

o terreno, depois disso, estaria limpo e permitir-se-ia perceber as contradições entre capital e trabalho mais nitidamente.

Entretanto, as perspectivas de Marx e Engels, quando da escrita do *Manifesto*, se mostraram inapropriadas logo após os acontecimentos de março de 1848. Talvez porque se colocavam um pouco otimistas em relação à burguesia alemã ou mesmo por necessidade estilística de exposição do conteúdo de um manifesto. Seja como for, os acontecimentos históricos acabaram por mostrar que a burguesia alemã fez uma opção distinta da feita anteriormente pelas burguesias de outros países, quando estas enfrentaram situação semelhante de revolução contra a então classe dominante. Opção similar por parte da burguesia alemã foi observada por Marx quando da sua saída da Gazeta Renana, conforme menção feita alhures. Preferira, ali, a conciliação em vez da continuação do confronto ideológico. Essa postura da burguesia causou profunda irritação em Marx.

De forma resumida, podemos dizer que a burguesia alemã não queria o poder através de uma revolução, mas por meio de uma conciliação com os poderes dominantes da monarquia. Estava satisfeita em ter algumas demandas aceitas e “dividir” o poder. A experiência anterior da Silésia e a de fevereiro na França mostraram à burguesia alemã que, vencida sua batalha, um novo adversário iria emergir, e esse a assustava ainda mais: o proletariado. Isso porque a revolução alemã era uma revolução tardia, um eco débil e atrasado das revoluções burguesas que ocorreram na França e na Inglaterra. Na Alemanha, a burguesia não encarnava, portanto, os anseios da modernidade. Em síntese:

A burguesia alemã tinha se desenvolvido com tanta indolência, covardia e lentidão que, no momento em que se ergueu ameaçadora em face do feudalismo e do absolutismo, percebeu diante dela o proletariado ameaçador, bem como todas as frações da burguesia cujas ideias e interesses são aparentados aos do proletariado (Marx, 2020, p. 324).

Na covardia que lhe era característica, a burguesia alemã não fez o que deveria na situação que encontrava diante de si. Assim, ao preferir a conciliação com o velho por temer o novo, traiu seus próprios interesses. Permitiu, então, que a contrarrevolução se organizasse rapidamente e que, depois, as mesmas forças políticas retomassem o poder. Tal a velocidade da contrarrevolução e a inaptidão da burguesia de perceber ou mesmo querer impedir o que se processava, que em dezembro de 1848 Marx escrevia os semanais artigos *A burguesia e a contrarrevolução*³. Dali em diante, apenas se concretizou a derrocada burguesa e, conseqüentemente, de todos aqueles que estiveram ao seu lado em março.

Nesse pano de fundo, Marx vai, dia a dia, noticiar e analisar os acontecimentos políticos do seu tempo. Importante notar que, se num primeiro momento (1842) ele deu início a suas atividades jornalísticas por algo alheio a sua vontade⁴, sempre foi por vontade própria que escolheu a *forma* como efetuar a práxis jornalística. Empreendeu debates importantes sobre diversos assuntos nas páginas da NGR: finanças públicas, empréstimos, revoluções, contrarrevoluções, direito, defesa de personalidades importantes do movimento político ligado às classes trabalhadoras etc. Além

³Publicados em quatro artigos durante dezembro de 1848, Marx faz um balanço dos acontecimentos alemães de março a dezembro daquele ano. Com rigor metodológico, enfrenta problemas da entificação do capitalismo na Alemanha e relaciona esses acontecimentos aos fracassos da burguesia prussiana em seu eco atrasado de revolução. Esta não avançou por covardia e preferiu a conciliação com a monarquia, contra o proletariado que a impulsionara em março.

⁴De acordo com Löwy (2012), Marx só optou pelo jornalismo após a exoneração de Bruno Bauer da universidade e supressões de revistas acadêmicas pelo rei Frederico Guilherme IV. Segundo Löwy, dificilmente Marx teria seguido tal carreira não fossem as circunstâncias impostas pelo rei.

disso, a partir de sua forma (ou estilo), passou a criticar, também, outros jornalistas por publicações alinhadas aos interesses da contrarrevolução.

Conforme advertência feita pelo próprio Marx e antes por nós explicitada, ele não fazia nenhuma concessão, confrontando constantemente ideias e programáticas que se opunham aos objetivos por ele e seus aliados definidos. Por outro lado, em nenhum momento assumiu postura que pudesse nutrir ilusões, tampouco evitava as críticas dirigidas até mesmo aos seus aliados. Ao contrário, afirmava sempre sua posição teórico-política e ideológica e fazia os confrontos que considerava necessários. Isso tem grande importância na batalha ideológica, pois o objetivo de Marx era expor apenas uma coisa: a verdade. Qualquer que fosse o desvio desse objetivo por parte de outros, era duramente criticado por ele. Do que se depreende dos seus escritos, clareza era uma condição *sine qua non* para uma prática alinhada com os valores e princípios que balizavam a luta que defendia.

Um exemplo de tal conduta é evidenciada desde os primeiros artigos em que ele analisa discursos de Camphausen⁵. Marx nota, nas manifestações do banqueiro, paulatinamente, um desvio de narrativa sobre o que foi, efetivamente, o processo político vivenciado em março na Alemanha. Nos primeiros momentos, quando a burguesia ainda se escondia, Camphausen tratava a situação como um “grande acontecimento”. Contudo, pouco a pouco, sua forma de se remeter à revolução vai se alterando, passando a ser abordada como um “incidente indesejado”. Essa narrativa vai avançando até que a contrarrevolução se explicita e os acontecimentos de março de 1848 passam a ser chamados pela imprensa burguesa em geral, em março do ano seguinte, simplesmente de “farsa sangrenta”. Tudo isso era denunciado por Marx em seus artigos na NGR (Marx, 2020, p. 503).

Há que se destacar que, em tese, a “verdade” não era objetivo apenas de Marx e das classes trabalhadoras, mas deveria ser também da burguesia alemã. Esta, contudo, não estava mais interessada em alcançá-la. Destacamos anteriormente como a burguesia, tomando o poder, relativizou e mesmo negou a necessidade da pesquisa desinteressada. Os princípios que ergueu contra a monarquia feudal eram agora negados, pois poderiam ser armas nas mãos das classes trabalhadoras. No calor desses acontecimentos, Marx chega a censurar os jornalistas alemães representantes da burguesia que, segundo ele, não conseguiam interpretar corretamente a realidade e acabavam não compreendendo que os interesses reais da burguesia deveriam estar voltados para a liquidação do feudalismo e das suas instituições, verdadeiros entraves para o desenvolvimento da indústria capitalista e seu necessário comércio. Procedendo dessa forma, tais jornalistas capitulavam intelectualmente com a burguesia sem se constituírem enquanto vanguarda para clarificar os interesses da classe que estavam representando⁶.

A “verdade” então para o proletariado alemão era conhecer a realidade objetiva, compreender as relações reais nas quais estavam inseridos, bem como quais eram as possibilidades para poder levar a cabo suas ações visando seus objetivos conscientemente traçados. Nesse ponto, destacamos os instrumentos ideológicos, que desempenham um papel importante, embora

⁵Ludolf Gottfried Camphausen era um banqueiro alemão e um importante dirigente da burguesia liberal renana. Neste período (março a junho de 1848), foi ele quem deu direção às decisões do Conselho de Ministros da Prússia. Como se vê, desde muito cedo, Marx escolhia seus interlocutores com a firmeza que a realidade lhe impunha (Cotrim, 2020). Foi Camphausen também que se tornou “[...] primeiro-ministro do gabinete pós-revolucionário, na sequência dos eventos de março/48 [...]” (Chasin, 1987, p. 18).

⁶Em artigo publicado na edição n.º 201 da NGR, Marx critica a Gazeta de Colônia, pois esta não compreendia que “[...] a indústria burguesa precisa quebrar os grilhões do absolutismo e feudalismo. [...] O sistema de tutela burocrática assegurado pela Constituição outorgada é a morte da indústria” (Marx, 2020, p. 385, grifo do autor).

respondam a condições históricas objetivas. Marx e Engels (2003, p. 49, grifo dos autores), entendendo isso, asseveram:

Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode *imaginar* de quando em vez como sua meta. Trata-se *do que* o proletariado *é* e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu *ser*. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente predeterminadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual. E nem sequer é necessário deter-se aqui a expor como grande parte do proletariado inglês e francês já está *consciente* de sua missão histórica e trabalha com constância no sentido de elevar essa consciência à clareza completa.

Diante dessa exposição clara de Marx e Engels, se torna desnecessário recorrer a outros textos para reforçar o argumento exposto. Aqui, no entanto, iremos nos deter a aspectos que conectam mais intimamente a práxis jornalística de Marx na NGR e suas reflexões ou afirmações teóricas. Num primeiro momento, podemos constatar como ele aponta que a classe é o sujeito cognitivo e está em estreita relação com sua entificação ontológica. Dito de outro modo, as possibilidades dos indivíduos reais efetivarem o conhecimento estão subordinadas às desse sujeito coletivo, a classe. É no interior dessa classe, situada historicamente, que se colocam as possibilidades ou impossibilidades do conhecimento. De todo modo, temos a fundamental tese da possibilidade do conhecimento pelo ser. Não se trata de um conhecimento parcial, mas da totalidade do conhecimento de algum objeto, pela mediação da razão ilimitada do ser humano. Propositura que está em razão inversa das que afirmam que,

[n]o extremo, verdade e interesse foram incompatibilizados, sem que tivesse havido o entendimento de que a tese da *impossibilidade da verdade* é um produto histórico, não a consequência de uma mitológica *condição humana*, essa também um resultado da mesma ordem (Chasin, 2009, p. 103, grifo do autor).

Podemos inferir, a partir dessa reflexão, que, se incapaz de saber, o ser humano se torna incapaz de se construir como ser humano propriamente. Não nos referimos à impossibilidade real do conhecimento, mas à existência de barreiras sociais que podem dificultar esse processo de cognição, conforme indicado por Marx ao abordar as condições objetivas vivenciadas por uma classe social determinada historicamente. Já fizemos alusão ao atraso da Alemanha em relação à Inglaterra e à França, e, neste diapasão, com base nos escritos marxianos, podemos dizer que as condições objetivas distintas foram determinantes para o desencadeamento dos processos revolucionários no enfrentamento do antigo regime e contra o poder monárquico naquele contexto. Nesses dois últimos países, tais condições eram mais favoráveis à burguesia para que esta avançasse em sua “missão histórica”.

Por meio de sua práxis jornalística, Marx estava contribuindo com a elevação da “consciência à clareza completa”. De que forma fazia isso? Desde seu primeiro artigo na NGR, ele se mostrava solidário com os países europeus em suas revoluções. Não apenas solidário, mas atento em relação aos ensinamentos da história. Ele percebia que o que acontecia na França fornecia subsídios para a educação “política” da classe trabalhadora alemã. Então seria exclusivamente esta a classe a se beneficiar com as lições da história? De forma alguma. A classe burguesa alemã também se aproveitou do que acontecia na França, sendo sua covardia e postura dissimulada explicadas pela percepção de que naquele país se lutava contra o que ela queria instaurar.

Se usamos aspas na palavra “política”, é para demarcarmos o caráter negativo da política em Marx, a ontonegatividade da política ou crítica da razão política. Portanto, suas indicações sobre o que acontecia na França visavam informar a classe trabalhadora alemã do que a burguesia e a classe trabalhadora francesas estavam fazendo no contexto de lutas e de disputas políticas sobre o destino do processo revolucionário. Temos, aí, uma ampliação das possibilidades de conhecimento por parte da classe trabalhadora alemã, que consegue refletir suas ações através do conhecimento das ações de outros, aprender com os erros e acertos de outros. Na convergência dessa análise, no artigo da edição n.º 29 da NGR, publicado em junho de 1848, Marx asseverou:

O triunfo momentâneo da força bruta foi comprado com o aniquilamento de todas as mistificações e ilusões da Revolução de Fevereiro, com a decomposição de todo o velho partido republicano, com a cisão da nação francesa em duas nações, a nação dos proprietários e a nação dos trabalhadores (Marx, 2020, p. 123).

Capital e trabalho se enfrentavam abertamente sem intermediários. Na Revolução de fevereiro, as classes estavam unidas em prol de um objetivo e os antagonismos estavam escondidos ou sublimados. A Revolução de junho, na França, deixou às claras as posições, não se limitou a uma alteração da forma política que comumente ocorre nas revoluções, pois foi mais longe. Diz Marx (2020, p. 124):

Nenhuma das inúmeras revoluções da burguesia francesa desde 1789 foi um atentado à ordem, pois deixaram subsistir a dominação de classe, a escravidão do trabalhador, a ordem burguesa, por mais que a forma política dessa dominação e dessa escravidão mudasse. Junho atentou contra esta ordem. Ai de Junho!

O povo ousou apresentar e representar seus próprios interesses. As imprensas francesa e alemã ignoraram o essencial e ficaram na superficialidade dos acontecimentos (Marx, 2020). Decretos glorificariam os que caíram diante da fúria do povo revoltado e desejoso de sangue. Isso, de fato, seria algo perturbador à ordem. A imprensa oficial os glorificaria e os exaltaria em face de sua bravura, sua honra etc. Mas teria uma parte da imprensa que não iria fazer isso. Caberia a ela outra tarefa, pois:

Os plebeus, dilacerados pela fome, insultados pela imprensa, abandonados pelos médicos, injuriados pelo Bom Ladrão, incendiários, escravos de galés, suas mulheres e filhos precipitados em uma miséria ainda mais infinita, seus melhores sobreviventes deportados para além-mar – cingir-lhes a coroa de louro na testa ameaçadora e sombria, este é o privilégio, este é o *direito da imprensa democrática* (Marx, 2020, p. 126, grifo do autor).

Tais interpretação e exposição dos acontecimentos de forma correta seriam ressaltadas por Marx meses após os acontecimentos daquele Junho de 1848. Ele destacava à época, na NGR, que o “[...] inglês Northern Star foi o *único* jornal europeu que teve coragem e discernimento para avaliar corretamente a Revolução de Junho” (Marx, 2020, p. 242, grifo do autor).

Os constrangimentos diante dessa direção editorial da NGR não tardariam a se intensificar, e Marx, diante desse fato, se colocou de forma intransigente na defesa da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa.

Liberdade de imprensa e censura burguesa: a quem interessa encobrir a realidade dos fatos?

Cronologicamente, é a partir de junho de 1848 que Marx irá abordar de forma mais acentuada o papel da imprensa e da liberdade de imprensa nas páginas da NGR. Essa defesa ganha concretude nos seus escritos na medida em que estes revelam a função social da própria atividade jornalística, que pode assumir um papel importante no desvelamento da realidade, tal como ela se processa. A natureza crítica de seus artigos, naquele contexto, não é mera coincidência. Desse momento em diante se intensificam as contrarrevoluções em países da Europa, incluindo a Alemanha. Tornam-se, então, mais necessárias ainda essas discussões. Não se tratava apenas de acusar a forma ideológica de como os jornais agiam e noticiavam o que estava se processando na história. Como novas leis estavam sendo discutidas e colocadas em prática e um dos principais objetos dessas inovações legislativas era o direito da liberdade de imprensa, Marx foi um protagonista proeminente na defesa dessa pauta.

Marx e a NGR sofreram perseguições das mais diversas ordens, não apenas em virtude da própria atuação jornalística, mas pela posição ocupada por ele (e Engels) em diversas organizações. Vale destacar que Marx atuava com a Associação dos Trabalhadores de Colônia (organização da qual foi presidente de outubro de 1848 – devido à prisão de Gottschalk – até fevereiro de 1849), bem como com o Comitê Distrital Renano dos Democratas, organização da qual também foi dirigente.

O início da cruzada contra a NGR se dá após a publicação de uma matéria intitulada “Prisões”, na edição do n.º 34, de 4 de julho de 1848. O texto apenas informava sobre as prisões do dr. Gottschalk⁷ e do tenente reformado Anneke⁸. Não obtendo mais informações sobre o acontecido, ficou para o dia seguinte a matéria que detalhou como ocorreram as prisões. No dia seguinte, Marx trouxe detalhes sobre a prisão apenas de Anneke, por não dispor de informações mais consistentes sobre a de Gottschalk. Segundo ele:

De manhã entre seis e sete horas, seis ou sete gendarmes entraram no apartamento de Anneke, já no vestíbulo maltrataram a empregada e subiram furtivamente as escadas. Três ficaram na antessala, quatro entraram no quarto onde Anneke e sua mulher, em estado avançado de gravidez, dormiam. Desses quatro pilares da justiça, um estava meio vacilante, a essa hora da manhã já pleno de “espírito”, da água da verdadeira vida, a aguardente (Marx, 2020, p. 130).

Aparentemente, Anneke teria sido preso por conta de um discurso subversivo em uma assembleia popular. O procedimento da prisão, contudo, teria sido efetuado em oposição às prescrições legais e sob violência dos gendarmes (militares responsáveis pela segurança) para com Anneke. Em sua matéria, Marx chama a atenção para esses fatos e cita no artigo alguns funcionários públicos, como o juiz de instrução, Sr. Geiger, o procurador público Hecker e o procurador-geral, Sr. Zweifel, imputando-lhes ações que “pareciam” efetivamente ter ocorrido, conforme informações apuradas pelo jornal.

Resultado do artigo? Dois dias depois, em 7 de julho de 1848, foi aberto um inquérito judicial contra a NGR por parte do procurador público Hecker sobre uma possível calúnia ou ofensa

⁷ Andreas Gottschalk (1818-1849) foi um médico e líder trabalhista em Colônia, na Alemanha. Foi membro da Liga dos Comunistas e presidente da Associação dos Trabalhadores de Colônia até sua prisão. Tinha bastante popularidade entre a classe trabalhadora da região. Quando da sua saída da prisão, não conseguiu retomar a presidência da Associação, que era ocupada por Marx (Cotrim, 2020).

⁸ Friedrich “Fritz” Anneke (1818-1872) foi um radical e tenente reformado do exército. Um dos primeiros ativistas comunistas em Colônia. Ele passou parte de 1848 na prisão e, em 1849, emigrou para os Estados Unidos (Cotrim, 2020).

contra o procurador-geral Zweiffel. Marx, no artigo da edição n.º 37, brinca que os gendarmes, que àquela hora do dia estavam “vacilantes”, não se sentiram ofendidos e tampouco dispostos a abrir inquérito sob a alegação de ofensa. Somente eles poderiam ter se sentido ofendidos, haja vista que, de resto, o relato era baseado em “boatos”, sendo que tal caráter tinha sido explicitado na matéria.

O que mais surpreendia, entretanto, era “[...] ver um inquérito judicial infligido não contra os senhores gendarmes, mas contra o jornal que denunciou os abusos dos senhores gendarmes” (Marx, 2020, p. 133). A situação, nesse sentido, era de completa inversão, pois não eram processados os funcionários públicos que, na execução de suas funções, se utilizaram de violência e faltaram com as legalidades relativas à prisão de uma pessoa. O inquérito foi aberto contra quem deu publicidade às ilegalidades.

Todo o ano de 1848 foi difícil para a NGR, mas Marx e aliados também não aceitariam facilmente as intimidações. A despeito disso, se tornavam cada vez mais ferozes os ataques dirigidos ao jornal e a Marx. Tais ataques se multiplicavam à medida que a contrarrevolução avançava e alcançava vitórias. A cada novo projeto de lei e sua implementação, a imprensa era também, cada vez mais, censurada, amordaçada. Não se censurava somente a imprensa, mas também reuniões de trabalhadores eram praticamente proibidas, porque as regras dificultavam o quanto podiam as atividades políticas, com cobranças de entradas e a necessidade de serem anunciadas com antecedência. Qualquer oficial militar podia encerrar qualquer atividade, caso julgasse necessário. Marx alertava os trabalhadores afirmando que estes não deveriam duvidar do julgamento desses oficiais (Marx, 2020).

Marx relatou nas páginas da NGR o fato de que Engels e outros contribuintes receberam visitas e ameaças de deportação. Os tipógrafos eram chamados para depor sobre artigos publicados no periódico⁹. No caso relativo ao procurador-geral Zweiffel, a contenda teve fim em fevereiro de 1849. Diante do tribunal, compareceram Karl Marx, redator-chefe da NGR, Friedrich Engels, na condição de corredator, e Hermann Korff, na qualidade de editor responsável pelo jornal. Na ocasião, o discurso de defesa de Marx é uma grande peça de defesa da imprensa, da liberdade de imprensa, somada a seus conhecimentos jurídicos, que criaram uma coerência entre sua prática jornalística e as leis vigentes à época da publicação do artigo “Prisões”. Essa é uma questão importante a ser destacada, pois alterações foram feitas nas leis relativas à imprensa logo após a publicação desse artigo e se sucederam mais agressivas. Essa ofensiva sobre uma determinada imprensa e sobre a liberdade de expressão revela que, no confronto de classes, os aparelhos privados de hegemonia (Gramsci, 2016) precisam ser controlados e direcionados em conformidade com os interesses da classe economicamente dominante, para que ela possa, de fato, exercer o poder diretivo e preparar um novo terreno ideológico¹⁰.

Em virtude das limitações objetivas desses manuscritos, aqui destacaremos somente algumas passagens que, a nosso juízo, são importantes para evidenciar os argumentos marxianos fundamentais em prol da liberdade de imprensa na luta de classes. Também em razão dessas limitações, não entraremos mais detidamente no mérito das discussões legislativas desenvolvidas por

⁹ Entre os muitos artigos escritos por Marx acusando as perseguições (excetuando os processos jurídicos) a ele e a seus colaboradores no jornal, destacam-se os artigos publicados nas edições n.º 41, n.º 80, n.º 94 e n.º 114, todos constantes da obra *Nova Gazeta Renana* (Marx, 2020), que nos serve de referência.

¹⁰ O artigo “Prisões” foi publicado na edição n.º 34 da NGR, em 4 de julho de 1848. Um projeto de lei de imprensa foi discutido nos dias seguintes ao acontecimento, incluindo revisões dos artigos do Código Penal aos quais Marx estava sendo acusado de infringir. Esse projeto foi também comentado por ele em artigo da edição n.º 50 (Marx, 2020).

Marx, pois mereceriam um texto exclusivo, visto a sofisticação das suas análises. O que importa assinalar é que, seguindo a mesma linha de argumentação anterior sobre o papel da imprensa, Marx questiona:

Tomado no estreito sentido do Ministério Público, o artigo 367 exclui a prova da verdade e autoriza a denúncia somente se ela se apoiar em documentos públicos ou sentenças judiciais já existentes. Para que a imprensa ainda deveria denunciar *post festum*, depois do veredito pronunciado? Por seu ofício, ela é a sentinela pública, a infatigável denunciante dos detentores do poder, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito popular que zela ciosamente por sua liberdade (Marx, 2020, p. 425, grifo do autor).

Ou seja, Marx indaga: se é necessário primeiro que uma sentença seja prolatada para então, depois, se poder noticiar sobre ela e o seu objeto, como se poderia noticiar hoje algo que aconteceu ontem, por exemplo? A irregularidade cometida por um funcionário já teria sido julgada antes de seu cometimento? Posteriormente a esse conflito, Marx retifica os conteúdos de suas publicações anteriores relativas aos derrotados e mortos na França, ampliando-os de forma contundente. Trata-se de um movimento de ofensiva, e não de concessão aos que atacam a liberdade de imprensa. Vejamos:

De minha parte, eu lhes asseguro, meus senhores, prefiro perseguir os grandes acontecimentos mundiais, prefiro analisar o andamento da história do que me debater com ídolos locais, com gendarmes e Parquets. Por maiores que esses senhores julguem ser em sua imaginação, eles não são *nada*, absolutamente *nada* nas gigantes lutas do presente. Eu considero um verdadeiro sacrifício quando nos decidimos a quebrar uma lança com *esses* adversários. Mas, em primeiro lugar, é esse o dever da imprensa, apresentar em favor dos oprimidos em seu ambiente próximo. [...] Não é suficiente combater as relações gerais e os poderes mais altos. A imprensa deve decidir-se a entrar na liça contra *este* gendarme, *este* procurador, *este* conselheiro provincial. [...] O primeiro dever da imprensa é agora *solapar todos os fundamentos da situação política existente* (Marx, 2020, p. 426-427, grifo do autor).

Nessa última afirmação (que Marx retomará no último artigo da NGR), podemos perceber toda a diferença no seu trato em relação ao tema do papel e da liberdade de imprensa quando comparado aos seus artigos na época da Gazeta Renana¹¹. Resta evidenciada a coerência da afirmação anteriormente exposta por Chasin (2009) sobre o fato de que Marx não apenas supera suas formulações de 1842-1843 como, agora, se coloca contra elas. Nessa viragem, ele não foi “com”, mas “contra” seu pensamento anterior.

Um último aspecto, mas não menos importante, assinalado por Marx é o dever da imprensa de se posicionar em relação à tirania exercida pelos detentores do poder econômico sobre a classe trabalhadora. Nesse sentido, o autor destaca a essencialidade da imprensa na tarefa de ceder seu espaço para a publicidade de questões diversas pertinentes aos interesses e às lutas da classe trabalhadora. A defesa desse papel da imprensa aparece explicitamente nas matérias sobre as prisões do dr. Gottschalk e de Anneke. Nelas, e por meio da sua prática jornalística em geral, Marx acabava por mostrar como um jornal deveria informar o seu público sobre as questões da realidade, entre as quais as arbitrariedades que naquele momento divulgava. Essa não foi

¹¹ Para uma apreciação sobre os artigos de Marx na Gazeta Renana, ver: Eidt (1998).

uma situação esporádica ou isolada, tampouco uma posição de momento, pois Marx informava sobre perseguições, acusações, prisões e julgamentos de diversas personalidades importantes do movimento proletário europeu, como Bakunin¹² e Lassalle¹³. Essa mesma atitude de Marx é constatada em outros diversos números da NGR, nos quais foram publicados manifestos e avisos de organizações ligadas aos trabalhadores, dando, assim, maior visibilidade a elas diante da opinião pública. Vale lembrar que nem sempre ele concordava de todo com o conteúdo publicado.

Após muitos processos e perseguições por parte do governo e ofensas por parte de outros jornais, em 19 de maio de 1849, em seu artigo da edição n.º 301, Marx anunciou o fim da NGR, pela lei marcial da Colônia, que havia entrado em vigor poucos dias antes. O motivo? A NGR teria incitado o povo contra o governo, estimulado a violência e o desprezo contra as autoridades. Marx mantém sua firmeza característica e zomba da justificativa para o encerramento do jornal. Retoma diversos artigos em que estaria ele “incitando” a violência, o terrorismo revolucionário contra o governo. Ele e os seus camaradas eram, sim, culpados desse “crime”. Na ocasião, ele questionava, entre outras questões, se esse “crime” não havia sido cometido desde o primeiro número do jornal. Mostrava com isso que o poder instituído não tolerava doravante questionamentos que pudessem provocar ruídos sobre o processo contrarrevolucionário em curso na Alemanha.

Deixemos o redator-chefe da NGR e sua palavra final:

Nós somos desrespeitosos, não exigimos de vós nenhum respeito. Quando chegar nossa vez, não disfarçaremos o terrorismo. Mas os terroristas monárquicos, os terroristas pela graça de Deus e do direito, na prática são brutais, abjetos, vulgares, na teoria covardes, dissimulados, hipócritas, nos dois casos infames. [...] Como despedida, recordamos a nossos leitores as palavras de nosso primeiro número de janeiro: “Insurreição revolucionária da classe trabalhadora francesa, guerra mundial – eis o sentido do ano de 1849” (Marx, 2020, p. 557, grifo do autor).

Os escritos jornalísticos de Marx não apontam para a defesa de uma falsa neutralidade, comumente defendida pelos veículos de imprensa na contemporaneidade. A neutralidade não tem lugar quando os fatos são tomados tal como são, em suas raízes. Por isso, a imprensa, para poder exercer o seu papel fundamental de informar, precisa ser livre. Tal liberdade não pode ser entendida como direito somente a partir do ponto de vista dos próprios órgãos de imprensa, pois se trata de um direito da sociedade. A censura imposta à imprensa indica, por si só, que a política quer lhe atrelar a determinados interesses. Quando seus órgãos sucumbem a essa imposição, a prolatada existência de liberdade para o desenvolvimento de suas atividades já não passa de narrativa, que ajuda a encobrir o fato de que se tornou instrumento de dominação. No contexto da sociedade de classes, a censura interessa à burguesia, pois é a ela que a história impõe a necessidade de encobrir a realidade tal como é, com todas as suas contradições.

O que as indicações marxianas nos ensinam para pensar o tempo presente?

Como se denota do percurso analítico até aqui realizado sobre a atuação de Marx no campo jornalístico e a sua defesa em torno da liberdade de imprensa, o teórico alemão entendia essa liberdade como sendo um direito da sociedade, mais do que dos órgãos de imprensa em si ou

¹² Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876) foi um teórico e destacado líder anarquista. Rivalizou com Marx durante toda a sua vida.

¹³ Ferdinand Lassalle (1825-1864) foi um advogado e ativista socialista. Importante precursor da social-democracia alemã. Manteve relações conturbadas com Marx, recebendo deste duras críticas em *Crítica do programa de Gotha* (Marx, 2012).

de um agente individualmente. Contudo, ao refletirmos sobre tal tema no âmbito da sociedade de classes e, mais especificamente, da sociedade brasileira no contexto atual, é imprescindível considerar que a imprensa – aqui entendida num sentido mais amplo e envolvendo o conjunto de veículos, mídias e meios de comunicação existentes, inclusive digitais – é instrumento ideológico, cuja função social é contribuir para que a burguesia dissemine ideias, valores, comportamentos e práticas convergentes com seus interesses particulares, de modo que tais interesses sejam assimilados pela classe trabalhadora como sendo universais.

Ao considerarmos os períodos mais recentes da realidade brasileira, podemos perceber o papel central que a imprensa burguesa desempenhou para criar as condições objetivas para que fosse levado a cabo o golpe de 2016, que culminou na aprovação do processo de *impeachment* e na posterior destituição do cargo da então presidenta, Dilma Rousseff. Os editoriais dos maiores jornais impressos, a mídia televisiva – presente na quase totalidade dos lares brasileiros –, as redes sociais impulsionadas por agentes detentores do poder político e econômico etc., funcionaram como vassalos da grande burguesia, provocando uma das maiores instabilidades das instituições próprias do aparato ideológico do chamado “Estado democrático de direito”.

Rodrigues (2018), analisando os editoriais dos principais jornais brasileiros no período que transcorria o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rouseff, concluiu que os jornais

[...] em graus diferenciados, demonstraram suas simpatias pela saída de Dilma da presidência. Os 27 editoriais selecionados do período entre 2015 e 2016 evidenciam como alguns veículos defenderam abertamente o impeachment, caso de O Globo, do Estado de Minas e do Estadão, enquanto a Folha de S. Paulo preferiu clamar pela renúncia de Dilma e Temer. O Correio Braziliense e o Zero Hora, embora não tenham expressamente defendido o impeachment, usaram seus editoriais para legitimar sua validade procedimental. Em um contexto em que considerável parcela da sociedade considerou o impeachment um “golpe”, legitimar sua validade procedimental pode ser considerado por tal parcela o mesmo que defender a sua realização (Rodrigues, 2018, p. 48).

Quando analisado o tratamento dado pelos mesmos jornais às crises no governo Michel Temer, Rodrigues (2018) notou uma menor unidade no tratamento despendido e nas soluções vislumbradas. A mesma unanimidade em prol do *impeachment* não foi verificada em relação aos procedimentos nada republicanos de Michel Temer. Para o autor, constata-se um desprezo e até mesmo um não posicionamento acerca de um possível impedimento do referido agente público que ocupava à época o mais elevado cargo do executivo federal.

Na longa tradição de intervenções políticas da imprensa brasileira, no caso específico de Dilma Rouseff, chama a atenção a forma como tais intervenções ocorreram. Moritz e Rita (2020, p. 213), ao analisarem as publicações impressas de *O Globo* e *Folha de São Paulo*, perceberam como ambos os jornais buscaram construir uma “[...] imagem negativa de Dilma, rotulando-a como ‘incompetente’, por exemplo, e associando-a a escândalos políticos”.

Não apenas nos jornais impressos tal cruzada contra a então presidenta se dava. No Jornal Nacional, da Rede Globo, os apresentadores à época, William Bonner e Renata Vasconcellos, se utilizavam de técnicas e expressões de dramatização para influenciar os telespectadores, de tal forma que,

por exemplo, as entradas em relação a Dilma Rousseff, a depender do momento discursivo, sobretudo no período da eleição de 2014, eram antecedidas e quase sempre secundadas por notícias negativas de economia (com as devidas

referenciações: crise, pibinho, déficit). Portanto, reforçava-se a alusão à incompetência. Em relação a Lula, a alusão prevalente era a da corrupção, com a mesma estrutura (Ferreira, 2020, p. 140).

Outro exemplo na mesma direção, analisando uma matéria impressa de *O Globo*, de 18 de abril de 2016, intitulada “Dilma: o declínio de uma presidente por acaso”, as autoras destacam que:

O cerne dessa reportagem assinada por três jornalistas da sucursal de Brasília é uma avaliação de Dilma e do seu Governo. Nessa extensa matéria, além de apresentá-la como alguém que “não sabe fazer política”, ela foi associada à Lula de forma depreciativa: “a mulher de Lula” e “Dilma criatura de Lula”. O tipo de narrativa apresentado pelos editoriais e por esta reportagem em especial, tem um duplo efeito: inabilitar Dilma para a função presidencial, de um lado, e de outro, indicar que as mulheres só têm chances de acessar o campo da representação política se estiverem sob a proteção masculina. Isso as torna um sujeito frágil, dependente e incapaz de se movimentar por conta própria na esfera política. De forma velada, o jornal reforça os papéis sexuais tradicionais e sinaliza que o mundo da política não é lugar que as mulheres devam almejar, perspectiva particularmente preocupante em um país que possui um dos menores índices de representação política feminina (Moritz; Rita, 2020, p. 218).

Essa é a faceta sexista de uma imprensa que nasce golpista e elitista desde suas origens. A imprensa brasileira foi protagonista de importantes processos políticos, como o suicídio de Getúlio Vargas, o golpe de 1964, sem contar as intervenções em processos eleitorais em prol de um ou de outro candidato (Borges, 2009). Também o foi no recente processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (Lopes, 2016). O *Estado de São Paulo*, por exemplo, segundo Borges (2009, p. 72), desde suas origens

[...] foi um ardoroso inimigo das lutas sociais. Na revolta de Canudos (1893-1897), o Estadão publicou artigo de Olavo Bilac saudando o cruel massacre dos camponeses. “Enfim, arrasada a cidadela maldita! Enfim, dominado o antro negro, cavado no centro do adusto sertão, onde o profeta das longas barbas sujas concentrava sua força diabólica”. Não poupou papel no ataque às primeiras greves operárias, satanizando os líderes anarquistas. Em 1932, ele insuflou a oligarquia cafeeira paulista num fracassado levante militar. Sob o comando de Júlio Mesquita, o jornal foi participante ativo das conspirações que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e ao golpe militar que derrubou João Goulart em 1964.

Tais fatos se repetem e se processam em contexto que pode ser caracterizado como de distensão da política liberal democrática, ainda que esta historicamente possa ser reconhecida apenas em termos formais. De todo modo, o que importa salientar é que está em curso um processo que vislumbra destruir os obstáculos impostos ao capital pela democracia burguesa, que, na sua dinâmica contraditória, pode incorporar algumas pautas das classes trabalhadoras. Para que essa programática seja implementada, é necessário criar um ambiente propício para que essas classes assimilem as proposições das classes hegemônicas e seus fundamentos, de modo a percebê-los como balizadores dos seus próprios interesses. Trata-se de um processo no qual o Estado tem uma função central, sendo que, às estratégias levadas a cabo no interior das estruturas jurídico-legais, somam-se aquelas que buscam o consenso e o consentimento ativo das classes.

Conforme nos ensina Gramsci (2016), é na sociedade civil que esse consentimento é construído, pois trata-se de um espaço no qual o uso dos instrumentos privados de hegemonia ganha centralidade. Para Gramsci (2016, p. 128, grifo do autor), é no interior dessa arena de disputas – a sociedade civil – que se “[...] produzem e difundem as representações ideológicas [...]”, haja vista constituir-se no *locus* no qual “[...] as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para as suas posições mediante a direção política e o consenso”.

Ao analisarmos o papel da imprensa burguesa no processo mais recente de fortalecimento das formas de pensamento alinhadas ao fascismo e à extrema direita, denota-se sua inquestionável contribuição para a consecução do golpe de 2016, qualificado por muitos estudos como um golpe de natureza político-jurídica, mas também midiática¹⁴. Em seguida, a articulação da burguesia brasileira com as forças políticas fascistas viabilizou, em 2018, a eleição de um Presidente da República que, tendo também o apoio de parte importante das forças militares, conduziu o país a retrocessos sociais, traduzidos num conjunto de contrarreformas – entre as quais, a trabalhista – e na implementação de políticas e de disseminação de narrativas de reforço ao racismo, à misoginia, à xenofobia, à homofobia, à intolerância religiosa e a todo tipo de preconceito. Essa programática foi sendo implementada num contexto de acentuamento da crise econômica agravada por uma crise política e, posteriormente, por uma crise sanitária. E é exatamente em contextos de crise social que o fascismo se impõe como alternativa para que o projeto do capital seja salvaguardado.

No Brasil, esse processo de fascistização foi ganhando corpo com a implementação de um conjunto muito variado de iniciativas, como a cooptação e/ou a apresentação das organizações de trabalhadores (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais de caráter classista etc.) como sendo contrárias aos interesses da própria classe e do próprio país. Por outro lado, as organizações e os mecanismos ideológicos da burguesia – como os mais variados meios de comunicação monopolizados – passaram a ser identificados como baluartes da libertação e defensores dos “cidadãos de bem”. Em oposição aos preceitos marxianos formulados para defender a liberdade de imprensa, aqui, o que se verificou foi uma liberdade burguesa de imprensa para formar a opinião pública em torno de um determinado projeto. O medo foi instalado para que a racionalidade crítica fosse contida, permitindo, concomitantemente, o avanço das pautas ultraconservadoras. Um falso radicalismo promoveu a progressiva aproximação da classe trabalhadora aos princípios e valores acolhidos na máxima: “Deus, pátria e família”. Essa processualidade foi acompanhada pela devastação das políticas de proteção social conquistadas pela luta histórica das classes trabalhadoras nos períodos precedentes, tudo configurando uma forte ofensiva do capital em sua fase monopolista, sob a dominância do capital financeiro, na periferia do sistema global do capitalismo.

Contraditoriamente, as forças políticas de centro-esquerda recuaram em suas contraofensivas à barbárie e aderiram, mais uma vez, ao pragmatismo próprio das tentativas de conciliação das classes, abrindo ainda mais o campo de influência das ideias fascistas e de extrema direita, que avançaram em suas propostas de mais repressão, violência, autoritarismo e obscurantismo. Tudo isso, numa apertada síntese, aponta para a realidade vivenciada e ainda em curso no Brasil, cuja responsabilidade da imprensa não pode ser minimizada.

¹⁴ Há que se considerar que o complexo midiático, no Brasil, historicamente concentrado nas mãos de poucas famílias, sempre foi um importante porta-voz das oligarquias e partícipe dos processos decisórios mais determinantes, tendo a responsabilidade de disseminar as ideias dominantes com vistas a formar a opinião pública. Como mencionamos, também foi assim nos períodos que antecederam o golpe civil-militar, em 1964, quando se instaurou no país o regime ditatorial que durou mais de 20 anos.

A imprensa em geral, submetida principalmente aos interesses da fração hegemônica do bloco no poder (Poulantzas, 1975), teve um papel fundamental para a consecução do projeto da burguesia que exigiu o rompimento, em 2016, com a pactuação firmada com os governos petistas. Os desdobramentos problemáticos desse distrato não foram devidamente controlados, para o que muito contribuiu a postura política adotada pelo representante da burguesia brasileira de ocasião – Jair Messias Bolsonaro. Tal fato fez com que, no interior do bloco do poder, ocorressem dissensos e confrontos com veículos de imprensa até então alinhados à nova programática. As narrativas do combate à corrupção foram ganhando novos contornos, em face das irregularidades processuais no âmbito da fadada Operação Lava Jato, e os discursos de ódio que dominavam as manifestações do representante do executivo federal – conduzido ao poder com o apoio da grande imprensa burguesa – foram colocando em risco a própria credibilidade dessa mesma imprensa. Ironicamente, no curso dos acontecimentos, parte desta passou a ser rotulada como “comunista” e inimiga dos que se afirmavam capazes de livrar o país das “forças do mal”. Concomitantemente, a grande imprensa tradicional foi sendo confrontada pelo uso de novas mídias e redes sociais, também dominadas pelas forças políticas alinhadas ao bolsonarismo.

A despeito da derrota eleitoral de Jair Messias Bolsonaro, em 2022, o avanço e espraiamento das formas de pensamento de cariz fascista e da extrema direita – ou nova direita, para alguns – evidencia que a retomada das pautas de interesses da classe trabalhadora não ocorrerá sem o crescimento da violência por parte dos grupos alinhados a essas formas de pensamento. A tentativa de um novo golpe nos primeiros dias de janeiro de 2023 – novamente com a clara participação de parte do alto escalão das forças militares – é prova cabal de que a polarização política no país não será facilmente superada. Tal intento não se concretizou por não contar, naquele momento, com o apoio internacional, mas também pela sagacidade política do governo recém-empossado no imediato curso dos acontecimentos que culminaram na ocupação de terroristas no Palácio do Planalto, nas casas legislativas e no Supremo Tribunal Federal. Nesse novo episódio, a maior parte da imprensa, mais uma vez, reeditando posições assumidas no passado, encobriu ou minimizou a participação dos militares naquilo que seria uma versão à brasileira da invasão ao Capitólio, nos Estados Unidos da América (EUA)¹⁵. No período imediatamente subsequente ao fato, quando as investigações para identificar os envolvidos no levante ultraconservador foram ganhando corpo, novamente os agentes militares foram sendo poupados dos noticiários, mostrando, mais uma vez, que os resquícios de uma sociedade autoritária, no Brasil, permanecem latentes.

A reconstrução – ainda que ligeira e superficial – dos fatos da história recente do país mostra que a disputa dos meios de comunicação não pode ser secundarizada na luta pela emancipação social. A imprensa e os meios de comunicação de massa precisam ser compreendidos como instrumentos essenciais na construção da consciência de classe e no confronto com a ideologia burguesa. Sem considerar essa essencialidade e essa tarefa histórica, corre-se o risco de sucumbirmos pelo avanço do ideário fascista.

¹⁵ Aqui, fazemos referência e um paralelo à invasão que ocorreu em 2021 no prédio que serve de centro legislativo dos EUA. Na ocasião, apoiadores do então derrotado candidato à reeleição do país – Donald Trump – ocuparam e também destruíram parcialmente o prédio que serve como centro legislativo do Estado americano, onde ocorrem as reuniões do Congresso, formado pelo Senado e pela Câmara dos Representantes. Essa invasão ocorreu exatamente no momento em que o Congresso ratificava a vitória do opositor de Trump, Joe Biden.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que aqui sinteticamente apresentamos sobre as atividades jornalísticas desenvolvidas por Karl Marx, podemos inferir que temos elementos essenciais para problematizar a função social da imprensa. Os materiais publicados no jornal Nova Gazeta Renana abordam um grande número de temas, mantendo o rigor científico que é característico da crítica ontológica marxiana. Fosse numa aproximação mais empírica, fosse nos textos de maior densidade teórica, Marx mantinha como objetivo sempre a busca da verdade, do conhecimento ontológico dos objetos analisados. Conhecimento esse indispensável para a classe trabalhadora alemã em seu processo de luta nas revoluções e contrarrevoluções em curso.

Se Marx pressupõe um sujeito inserido socialmente que produz seus meios de vida e ideias e é capaz de apreender objetivamente o conhecimento produzido na sua totalidade, a contribuição do jornal NGR se insere nessa luta ideológica, em que as classes trabalhadoras poderiam se apropriar dos materiais disponíveis à época e, a partir disso, aprofundar sua prática fundada em um elemento novo trazido pela NGR. À medida que esta tinha a sua frente um editor preocupado em desvelar a dinâmica real dos acontecimentos reais, contribuía para elevar a consciência de classe dentro daquele conjunto complexo de interações que se processavam nos referidos períodos revolucionários.

Dessa forma, Marx uniu suas propostas teóricas anteriores a uma prática revolucionária através do jornalismo, contribuindo para a reflexão não apenas dos trabalhadores alemães da época, mas de toda a classe trabalhadora do mundo e também dos jornalistas que buscaram empreender, por meio de sua profissão, contribuições para que a verdade dos fatos seja socializada. Esse intento, contudo, não pode prescindir da liberdade de imprensa. Sem ela, os órgãos de imprensa se tornam meros e hábeis instrumentos de dominação.

A reflexão sobre a prática jornalística de Marx e a sua defesa intransigente da liberdade de imprensa nos servem de orientação para a problematização dos fatos que marcam a história recente do Brasil. Ao não combater, ainda no seu nascedouro, as atrocidades inerentes ao projeto encampado pelo bolsonarismo, cuja programática fascista colocava na berlinda o próprio pensamento da direita civilizada, a imprensa foi mecanismo constante de elogio à ignorância e perpetradora do medo, o que corroborou para a ascensão de pensamentos e práticas que colidem com o padrão civilizatório construído pela luta política da classe trabalhadora brasileira. Sob o bastião de uma pseudoneutralidade, colocou em risco a própria liberdade burguesa de imprensa, compartilhando por longo tempo do *menu* ofertado pelo convescote fascista.

Eis, pois, a importância da luta por uma política de comunicação que seja construída a partir do ponto de vista da classe trabalhadora, pois só se pode falar em liberdade de imprensa – nos termos aqui aludidos com base nas ideias marxianas – se esta for, de fato, instrumento a serviço dos interesses desta classe, que, segundo Marx e Engels (1998), não tem nada a perder a não ser os grilhões que lhe oprimem. Há que se ter no horizonte o fato de que as armas forjadas pela burguesia para derrubar o antigo regime “[...] voltam-se hoje contra a própria burguesia” (Marx; Engels, 1998, p. 45). Contudo ela “[...] não se limitou a forjar as armas que lhe trarão à morte; produziu também os homens [...]” e mulheres que levantarão essas armas: a classe trabalhadora moderna (Marx; Engels, 1998, p. 46).

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Marx no tempo da Gazeta Renana. **Revista Verinotio**, Belo Horizonte, 2004, n. 1, ano 1, p. 1-30. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/39/29>. Acesso em: 28 de ago. 2022.
- BORGES, Altamiro. **A ditadura da mídia**. São Paulo: Anitta Garibaldi; Associação Vermelho, 2009.
- CHASIN, José. **Karl Marx: a burguesia e a contra-revolução**. Cadernos Ensaio. São Paulo: Ensaio, 1987.
- CHASIN, José. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- COTRIM, Ivan. **Karl Marx: a determinação ontonegativa originária do valor**. São Paulo: Alameda, 2011.
- COTRIM, Livia. Introdução. In: COTRIM, Livia. **Marx, Karl**. Nova Gazeta Renana. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- EIDT, Celso. **O Estado racional: lineamentos do pensamento político de Karl Marx nos artigos da Gazeta Renana (1842-1843)**. 1998. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9PHKLC>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- FERREIRA, Eliara Santana. **Jornal Nacional, um ator político em cena – do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro: as bases da construção da narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira**. 2020. 176 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_EliaraSantanaFerreira_8685.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- HEINRICH, Michael. **Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra, volume 1: 1818-1841**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrotar um governo democrático. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György. **Marx e Engels como historiadores da literatura**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **Nova Gazeta Renana**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política [livro I]: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família, ou, a crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MORITZ, Maria Lúcia; RITA, Mayara Bacelar. Mídia Impressa e gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 43, n. 2, p. 203-223, maio 2020. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2718/2443>. Acesso em: 10 jul. 2022.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

RODRIGUES, Theófilo Machado. O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017). **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 2, p. 37-58, ago./nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17626>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Ana Letícia Medeiros Godoi. Quem tem o poder, tem o direito. Marx e a relação entre o Direito e a Revolução a partir do jornal Nova Gazeta Renana de 1848-1849. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 7, p. 119-138, 2015. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10884>. Acesso em: 29 ago. 2022.